

Gênero e violência: a relação de mulheres atletas brasileiras com os seus técnicos esportivos

*Maria Lúcia Vannuchi*¹
*Mariana Vannuchi Tomazini*²

RESUMO

Este texto resulta de uma pesquisa qualitativa com suporte na análise de depoimentos de mulheres brasileiras, na faixa etária de 15 a 29 anos, atletas de alto rendimento, nas modalidades de atletismo e natação, acerca de violências por elas vivenciadas em suas carreiras, nas relações com os seus técnicos.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Violência. Mulheres Atletas.

ABSTRACT

This text results from a qualitative research supported by the Brazilian women testimonials analysis, aged from 15 to 29 years, high performance athletes at athletics and swimming modalities, about the violence experienced by them in their careers, in relationships with their coaches.

KEYWORDS: Gender. Violence. Athlete Women.

* * *

Introdução

Este artigo, originalmente elaborado para apresentação no XXXII Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Sociologia - Peru, 2019, e ora reelaborado, discute casos de violência de gênero que marcam assimétricas relações estabelecidas entre esportistas brasileiras e seus técnicos. Ele resulta de uma pesquisa qualitativa com suporte na análise de depoimentos,

¹ Doutora em Sociologia pela Unesp de Araraquara (SP), com estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal; professora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia- M.G., Brasil. E-mail maluvannuchi@yahoo.com.br

² Psicóloga e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP de Ribeirão Preto - S.P; especialista em psicologia do esporte e do exercício pelo Instituto Sedes Sapientiae – SP; psicóloga clínica; psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial Infantil do Município de Limeira – SP; E- mail: marianavtomazini@gmail.com

que foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro atletas de alto rendimento, do sexo feminino, entre 15 e 29 anos, nas modalidades esportivas de atletismo e natação, com níveis de competição internacional, nacional e regional. Todas as quatro atletas possuem técnicos do sexo masculino, sendo que duas delas têm laços de parentesco - respectivamente, marido e padrasto - e com eles coabitam. O tempo de duração do vínculo profissional com os técnicos varia entre dois e dez anos. Ao longo deste texto, para facilitar a compreensão da discussão dos dados obtidos, as atletas que possuem grau de parentesco e coabitam com seus técnicos serão denominadas A1 e A2 e as atletas que não possuem vínculo familiar, e tampouco residem com os seus técnicos, serão denominadas de A3 e A4. Porém, por serem pessoas públicas, A1, A2, A3 e A4 não terão suas idades, modalidades esportivas e níveis de competição revelados, para que não haja indícios que permitam o reconhecimento de suas identidades, preservando assim, seu anonimato.

Os depoimentos revelam casos de excessivo autoritarismo e diferentes configurações de violência - física, psicológica e moral - no âmbito de relações androcêntricas, não raro naturalizadas pelas próprias mulheres, que mesmo sentindo na pele e na alma o desconforto de relações abusivas, terminam por justificá-las. Dentre as queixas, destacam-se: periodização abusiva do treinamento esportivo, que favorece o *overtraining* e a ocorrência de lesões; banalização de dores e desconfortos próprios das mulheres, a exemplo das cólicas menstruais; organização do calendário esportivo sem a anuência da atleta, em nítido quadro de precarização do trabalho esportivo; humilhações, coerção e utilização da religião e de vínculos familiares como estratégia de controle comportamental.

O intuito do artigo é, pois, dar visibilidade a esses diversos tipos de violência, muitas vezes silenciadas e legitimadas por mecanismos de naturalização do social, e por princípios e valores meritocráticos, com exclusivo foco no rendimento esportivo. Destarte, as assimétricas relações de gênero que se fazem presentes na materialidade das condições objetivas de vida e trabalho das atletas, e na dimensão simbólica das representações que perpassam suas existências, deixam expressivas marcas de poder e violência no campo esportivo.

Assim, este texto, assentado em elementos dos Estudos de Gênero, e das Relações Sociais de Sexo, sobretudo, nas reflexões de Scott (1995), Kergoat (2009), Hirata (1998, 2002) e Lauretis (1994), bem como nos dispositivos de controle disciplinar sob a perspectiva de Foucault (1987), e nos sutis esquemas da violência simbólica desvelados por Bourdieu (1999), objetiva dar visibilidade a tais relações abusivas que têm sido recorrentes no cenário contemporâneo; as denúncias destas - sobretudo as veiculadas pela mídia, e as pesquisas científico-acadêmicas acerca da temática, contribuem para quebrar o nefasto silenciamento que colabora para a permanência e a reprodução dessas relações opressivas.

A rotina de atletas de alto rendimento é estressante, na medida em que lhes são impostas demandas constantes de superação de limites físicos e emocionais na busca por resultados e pela excelência na performance esportiva. Neste contexto, a qualidade da relação estabelecida entre técnico e atleta é crucial, posto que se trata de um vínculo próximo, constante, normalmente desenvolvido em longo prazo, portanto, com potencial para atuar como fator de risco ou de proteção nas dimensões físicas, sociais, cognitivas e emocionais dos/as atletas. Bloom *et al.* (1998) ressaltam que o relacionamento estabelecido entre técnico e atleta representa não apenas um fator determinante para o sucesso esportivo, mas influencia o desenvolvimento global do/a atleta, ou seja, os produtos desta relação extrapolam o âmbito esportivo, influenciando sua saúde biopsicossocial. Neste sentido, diversos estudos sobre liderança no esporte têm sido desenvolvidos, objetivando compreender como as atitudes e comportamentos de técnicos afetam tanto a performance esportiva do/a atleta quanto a sua saúde.

Dentre as atitudes e comportamentos dos técnicos esportivos que podem ser considerados fatores de proteção estão: o estilo de liderança democrático (no qual há espaço para diálogo, a comunicação assertiva e a participação do/a atleta nos processos de tomadas de decisão); o estabelecimento de um relacionamento interpessoal positivo com a presença de princípios éticos e morais socialmente admissíveis, como o respeito e a justiça; o emprego de “feedbacks” e reforços positivos na instrução e correção dos/as atletas; a empatia, que inclui a atenção

às demandas biopsicossociais dos atletas; o apoio social; o afeto positivo; a motivação inspiradora (organizar os objetivos, de modo que sejam desafiadores, porém estimulantes); em síntese, atuar buscando o alto rendimento esportivo, porém protegendo a saúde física, emocional e social dos/as atletas. Estas atitudes e comportamentos podem ser considerados fatores de proteção para os/as atletas, na medida em que possuem impacto positivo no desenvolvimento emocional, na autoestima, na autoconfiança, no apreço pelo esporte, na autoeficácia esportiva, na motivação para a prática esportiva e para o alcance de resultados, na diminuição dos níveis de ansiedade pré-competitiva e na otimização da performance esportiva (Barbosa, 2001, Gomes, 2005).

Já dentre as atitudes e comportamentos dos técnicos esportivos considerados nocivos, estão: o estilo de liderança autocrático (que permite pouco espaço para a co-construção de objetivos a serem atingidos e para o diálogo, e a ausculta dos desejos e opiniões dos/as atletas, incluindo reações negativas do técnico quando há posicionamento contrário); priorizar a excelência das dimensões física, técnica e tática do treinamento esportivo e o alcance de resultados em detrimento dos aspectos sociais e interpessoais e das demandas biopsicossociais dos/as atletas; e a utilização do poder coercivo, do *feedback* negativo e de consequências aversivas como estratégia de controle comportamental, o que pode incluir punições, pressão, ameaças e intimidação para que o/a atleta submeta-se à autoridade do técnico. Tais atitudes e comportamentos podem gerar consequências indesejáveis no desenvolvimento psicológico dos/as atletas, principalmente nos/as mais jovens, como prejuízos na autoestima, na autoconfiança e na motivação para a prática esportiva; medo de falhar nas situações de competição e elevação da ansiedade pré-competitiva; prejuízos e atitudes de evitamento face à prática esportiva, podendo incluir o *dropout* esportivo, que significa o abandono do esporte (Barbosa, 2001; Gomes, 2005).

Apesar dos inúmeros benefícios do estilo de liderança democrático e dos malefícios do estilo de liderança autocrático supracitados, pesquisadores/as observaram uma maior tendência dos treinadores esportivos para a utilização de comportamentos autocráticos no esporte. Tal estilo de liderança parece ser mais

aceito por atletas do sexo masculino em modalidades coletivas, enquanto atletas do sexo feminino parecem valorizar processos de decisão democráticos e apoio social no relacionamento com os técnicos.

Em pesquisa acerca do perfil de atuação dos técnicos esportivos, Shigunov (*apud* Barbosa, 2001) observou que a maioria dos técnicos utilizava reforço negativo na instrução e correção de seus/suas atletas, incluindo críticas negativas e comportamentos abusivos como agressões verbais e punições. Porém, no discurso dos técnicos tais estratégias eram justificadas como necessárias ao aprimoramento da performance esportiva. Esse discurso de “os fins (alcance de resultados e otimização da performance esportiva) justificam os meios (atitudes e comportamentos autocráticos)” é bastante comum no alto rendimento esportivo, também tendo sido observado nos estudos de Oliveira, Bortoleto & Nunomura (2017).

Este artigo, de natureza transdisciplinar, que se situa na intersecção dos campos teórico-metodológicos da Psicologia do Esporte, e de Gênero sob a perspectiva sociológica, pretende contribuir para o processo de desvelamento de tais relações abusivas e de práticas opressivas, visando à sua desconstrução.

Joan Scott, uma das pioneiras dos Estudos de Gênero, que se estruturam no final da década de 1970, observa que:

[...] o gênero torna-se antes, uma maneira de indicar construções culturais - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (Scott, 1995: 75).

Para Scott o gênero implica quatro elementos inter-relacionados, que não necessariamente atuam de modo simultâneo: os sistemas de significados; os esquemas normativos que traduzem as interpretações desses sentidos atribuídos; os espaços institucionais e de organização social; e as identidades subjetivas. No caso empírico analisado seriam os sentidos que perpassam as relações estabelecidas entre as atletas e os seus técnicos, as regras estabelecidas,

a diferenciada inserção destes/as nos espaços sociais, e o impacto da internalização de tais sentidos, regras, divisão de espaços sociais, na construção das subjetividades. São estes, tanto os fios condutores dos processos de naturalização quanto os fios a desenrolar para proceder à necessária desnaturalização.

Esse processo de construção de subjetividades é também trabalhado com mestria, por Bourdieu, para quem, as estruturas sociais - *habitudines* - subjetivam-se em *habitus* - disposições adquiridas, gostos, estilos, princípios de distinção e classificação. Ou seja: *habitus*, como estruturas incorporadas, constituem uma ponte entre as *habitudines* que os produzem e as ações humanas que neles se ancoram.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. (Bourdieu, 1999: 45).

Kergoat (2009) considera que mesmo sendo a divisão sexual do trabalho, um construto histórico, com particularidades em cada sociedade, invariavelmente, tem se assentado nos pilares da **separação** - setores predominantemente ocupados por mulheres ou homens - e da **hierarquização** - os homens melhor posicionados em cada espaço laboral.

A despeito das transformações no mundo do trabalho, ainda hoje há áreas ocupacionais com predomínio de mulheres, que tendem a ser menos valorizadas e pior remuneradas (Hirata, 1998; 2002). As mulheres têm ampliado sua participação em áreas tradicionalmente consideradas masculinas, ou predominantemente masculinas, tal como o campo esportivo, mas nelas se defrontam com hierarquizações e inserem-se no sopé da pirâmide ocupacional.

Vale ressaltar que o contrário raramente acontece, isto é, os homens adentrarem áreas feminizadas, de menor prestígio e pior remuneradas.

Também contribui sobremodo para a análise das relações assimétricas estabelecidas entre as mulheres atletas e os seus técnicos, as reflexões de Foucault acerca dos microdispositivos do poder disciplinar, amplamente utilizados no campo esportivo: a vigilância exercida sobre cada gesto, cada movimento, cada exercício, visa adestrar e docilizar as atletas, para delas obter a máxima produtividade.

Os corpos são objeto e alvo de poder (Foucault, 1987); corpos dóceis são facilmente subjugados e manipuláveis. O processo de coerção disciplinar que “estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (Foucault, 1987: 119) é internalizado. Destarte, o fato dos sujeitos sociais - no caso específico, as jovens atletas - executarem da maneira exata o que lhes foi ensinado, de seguirem à risca as determinações que lhes foram impostas, de comportarem-se da maneira desejada, ilustram a eficácia desse sistema de micropenalidades que, por meio do controle dos corpos, apossa-se da totalidade dos seres.

Teresa de Lauretis (1994), em apropriação crítica de Foucault, pontua que a categoria “tecnologia sexual”, porém, não leva em consideração a diferenciação de sujeitos masculinos e femininos, invibializando as considerações sobre as desiguais relações de gênero. E considera que ignorar o gênero na representação da sexualidade é tornar-se refém de uma ideologia que institui indivíduos concretos como mulheres e homens, com supremacia do elemento masculino.

Para Lauretis, gênero pressupõe um sistema de significações conforme valores e hierarquias sociais; uma trama de representações de cada indivíduo em termos de uma relação social que lhe é preexistente. Desta forma, não apenas tipifica as pessoas como mulheres e homens como também lhes atribui posições no conjunto da existência social.

As reflexões de Scott (1995), Kergoat (2009), Hirata (1998, 2002), Bourdieu (1999), Foucault (1987) e Lauretis (1994), acima esboçadas, iluminam a análise

das relações estabelecidas entre as atletas ora focalizadas e seus treinadores. Foucault enfatiza a estreita vinculação entre saber e poder. Este, não se detém, dele, não se apropria; exercita-se. Mas encontra-se muito mais instrumentalizado para o seu exercício quem dispõem do saber. Entretanto, seria rasa uma análise que creditasse as práticas autoritárias dos técnicos meramente a um maior saber agregado destes. Ainda que eles saibam mais do que as suas aprendizes, o autoritarismo não deriva apenas desse diferencial de conhecimento; reveste-se de traços androcêntricos, machistas, que serão explicitados a seguir, no item referente aos resultados da pesquisa.

Reflexão acerca de alguns resultados.

De acordo com Stirling e Kerr (2009) pesquisas recentes indicam problemas de abuso físico, sexual e emocional na relação entre técnicos e jovens atletas. Os dados apresentados neste artigo seguem na direção das referidas pesquisas, na medida em que todas as atletas participantes relataram a ocorrência de um ou mais tipo de violência - física, ou emocional – ao longo do relacionamento estabelecido com seus técnicos. Porém, não foram encontrados dados acerca de abuso sexual.

A ocorrência das expressões de violência observada neste estudo, vale reiterar, está relacionada ao estilo de liderança utilizado pelos técnicos, que inclui: atitudes e comportamentos autocráticos e o uso de reforço negativo e abusivo na instrução e correção das atletas, aspectos citados na literatura da Psicologia do Esporte como fatores de risco para o desenvolvimento biopsicossocial de atletas incluindo episódios de violência física e emocional (Barbosa, 2001; Gomes, 2005).

Uma questão relatada por três das atletas (A1, A2 e A4) foi a definição unilateral e autoritária do calendário esportivo e das competições-alvo a serem realizadas ao longo do ano pelas mesmas. Ou seja, seus técnicos eram os detentores das decisões acerca de tal aspecto e o faziam sem questionar o desejo ou receber a anuência das atletas, de modo que elas não tinham escolha e,

alienadas do processo de tomada de decisão, tornavam-se meras cumpridoras de planilhas e treinos. Como consequência, tinham a obrigatoriedade de cumprir a periodização e o calendário esportivos, mesmo nos casos com os quais não concordavam. E, nos raros momentos em que se sentiam encorajadas a questionar a participação ou a ausência em alguma competição, sofriam retaliações e chantagens dos técnicos, incluindo ameaças de abandono da parceria profissional em períodos cruciais do calendário esportivo - como a iminência de seletivas importantes ou grandes competições e o questionamento de suas habilidades e profissionalismo - com agressivas falas, tais como “você já não é mais aquela atleta guerreira de antes”; “onde está a sua garra?”; “você é covarde”; “achei que você queria se tornar uma grande atleta, mas me enganei”. A maior parte desses relatos provém de A1 e A2.

Além do controle acerca do calendário esportivo, A1 refere a existência de um grande controle do técnico sobre outros aspectos de sua carreira, como relacionamento com a mídia, com apoiadores e/ou patrocinadores. Ou seja: o protagonista na escolha de patrocinadores e apoiadores e na negociação com estes é o seu técnico. E o mesmo também exerce uma espécie de censura do discurso da atleta em público e na mídia, sendo muitas vezes seu porta-voz, e impedindo-a de falar por si, inclusive em momentos nos quais ela não se sente representada pela fala do técnico. Ou seja: se autonomia for entendida como a capacidade de fazer escolhas e tomar decisões, de assumir o controle da própria vida, podemos afirmar que as atletas pesquisadas longe estavam de ser autônomas.

Miranda (apud Barbosa, 2001) enfatiza a relevância de o técnico proteger a saúde integral do/a atleta, o que inclui o cuidado com a dimensão física, através da periodização dos estímulos do treinamento de modo a permitir uma recuperação adequada, pois quando tal questão é negligenciada na ânsia de atingir resultados, além de impedir que o/a atleta alcance o processo homeostático de restabelecimento de forças, prejudicando sua qualidade de vida, há um fator de risco para o *overtraining* - queda do desempenho por treinamento excessivo - e a ocorrência de lesões. Pudemos observar diversos episódios de negligência com a saúde física das atletas, que podem ser considerados exemplos

de violência física e também emocionais, na medida em que geram estresse e afetam negativamente a autoeficácia esportiva, a autoestima e trazem até mesmo o desejo de desistir da carreira esportiva.

Outro aspecto mencionado por três atletas (A1, A2 e A3) referente ao calendário esportivo foi uma periodização do treinamento esportivo que favorece o *overtraining*, ou seja, rotinas excessivas de treinamento, sem o devido período de repouso, mesmo quando as atletas estavam lesionadas, doentes ou com dores. Em um dos casos (A1), o fisioterapeuta da atleta diagnosticou uma lesão que foi ignorada pelo técnico, de modo que a atleta não pode realizar os devidos tratamentos e repouso. Por conseguinte, houve uma queda de rendimento da atleta em treinos e nas competições devido às dores e limitações causadas pela lesão e seu técnico reagia a tal aspecto gritando com a atleta em público, dizendo que “ela estava jogando sua carreira no lixo”, em nítida prática de assédio moral. Já a atleta A3 passou por um período no qual enfrentava dores renais e, portanto não atingia os resultados esperados pelo técnico em alguns treinos e relatou ter ouvido mais de uma vez dele: “você já não é mais a mesma e devia pensar se realmente quer ser atleta”. Todas as atletas referem a banalização de dores intrinsecamente femininas, tais como as cólicas menstruais, pelos seus técnicos, através de falas como: “isso é desculpa para não treinar direito”; “treine como uma mulher de verdade”; “guerreira que é guerreira dá resultado mesmo com dor”; “todo mês você vai dar uma dessa?”.

Todas as atletas referem ter sofrido algum tipo de violência na relação com os seus técnicos, em público, durante o treinamento e\ou competições, quando não atingiram os resultados por eles esperados, incluindo: feedbacks constrangedores em público, que maculam a imagem das atletas; contato físico brusco e agressivo, objetivando “ensinar” a biomecânica correta do movimento; recolocação da atleta à força na pista e\ou piscina, quando esta já não queria mais treinar ou competir; e expulsão da atleta da piscina ou pista, quando o resultado almejado pelo técnico não fora alcançado, mesmo mediante o desejo da atleta de continuar o treino ou a competição, com justificativas como “você não quer atingir resultado hoje, então vá embora”; “pare de me passar vergonha”; “você está só queimando seu filme”. É importante ressaltar que os abusos físicos

foram mais constantes no caso de A1 e A2.

As atletas participantes deste estudo, sem exceção, relataram alguma conduta ou fala de seus técnicos que corrobora a “ditadura da magreza”, dentre elas: segregar a atleta do treino coletivo, por considerá-la acima do peso, ainda que este tenha sido considerado adequado por nutricionistas, prescrevendo intensas horas extras de treinamento, até que ele a considerasse-a magra o suficiente para retornar ao treino coletivo; utilizar apelidos pejorativos relacionados à gordura para referir-se à atleta, inclusive em público; não permitir que a atleta se alimentasse nos intervalos dos treinamentos - que são longos e intensivos - até atingir uma composição corporal que o técnico considerasse ideal. Por conseguinte, elas referem ter um elevado nível de autocrítica em relação à própria imagem corporal, além da ocorrência de episódios de comportamentos alimentares disfuncionais, incluindo períodos de jejum e alimentação insuficiente e comer compulsivo às escondidas, caminho possível para elevar a estatística de jovens bulímicas e/ou anoréxicas.

Shanmugam, Jowett & Meyer (2013), enfatizam que associações significativas foram encontradas entre a qualidade da relação de técnicos e atletas, e transtornos alimentares: nas relações nas quais há alto nível de conflito e baixo suporte foram encontrados em atletas, aumento de perfeccionismo em relação à autoimagem e de depressão e, indiretamente, aumento da incidência de transtornos alimentares. Assim, podemos considerar que A1, A2, A3 e A4 possuem fatores de risco para o desenvolvimento de depressão, autocrítica disfuncional e transtornos alimentares, na medida em que possuem um vínculo permeado de conflitos com seus técnicos, e devido às atitudes dos mesmos, alinhadas à coercitiva “ditadura sociocultural da magreza”.

Os dados obtidos, no presente estudo, vão ao encontro dos referidos autores, pois as atletas que apresentaram em seus discursos um nível mais elevado de autocrítica em relação à autoimagem corporal, bem como uma maior ocorrência de comportamentos alimentares disfuncionais, foram aquelas que apresentaram conflitos mais constantes e intensos no relacionamento com seus técnicos (A1 e A2). Segundo ambas, o parentesco e a coabitação com estes favorece a mistura de papéis dos âmbitos familiar e esportivo, o que por sua vez

facilita que eles exerçam permanente controle disciplinar não apenas sobre o desenvolvimento esportivo das atletas, mas também sobre suas rotinas alimentares. Elas encontram-se sob o olhar vigilante dos técnicos 24 horas por dia. Assim os laços afetivos e a proximidade familiar podem atuar como forte mecanismo de coerção e controle.

Além da fiscalização da rotina alimentar, A1 e A2 referem ter suas rotinas, no âmbito intra e extraesportivo, controladas por seus técnicos: incluindo sono e lazer, o que resulta em alta incidência de estresse no cotidiano domiciliar e, principalmente em uma socialização reduzida. Ademais, ambas relatam que esse controle exercido pelos técnicos no âmbito familiar favorece conflitos e discussões constantes, inclusive em períodos pré-competitivos, o que já resultou em alto nível de ansiedade pré-competitiva e queda da *performance* em competições importantes.

A1 e A2 também relatam episódios nos quais seus técnicos utilizam a religião como estratégia de controle, em momentos em que a atleta discorda de alguma conduta do técnico ou mediante alguma frustração da atleta com um resultado ruim por meio de falas tais como: “você perdeu sua fé?”; “uma atleta de Deus não questionaria seu técnico assim”. Também a religião pode atuar como instrumento de controle e dominação.

Apesar de as atletas participantes deste estudo considerarem as atitudes supracitadas de seus técnicos exageradas, e reconhecerem que geram estresse e sofrimento em suas vidas, elas possuem dificuldade de significá-las como violência ou abuso e referem-se aos seus técnicos com complacentes adjetivos, tais como: “personalidade forte”; “difícil de lidar”; “temperamental”; “competente no que faz”; “rigoroso”; “muito exigente”; “focado em atingir resultados”.

Bourdieu (1999) muito contribui para o entendimento dessas falas naturalizadoras ao elucidar os mecanismos da dominação que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação. A própria mulher internaliza princípios androcêntricos, introjeta o paradigma de relações hierarquizadas, desiguais e de opressão, objetivamente construídas; há todo um sistema de estruturas inscritas nas coisas e nos corpos, que se legitima pela subjetivação.

[...] a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (Bourdieu, 1999: 45).

Todas as atletas pesquisadas revelaram o desejo de ser reconhecidas, valorizadas, e merecedoras de confiança e credibilidade. Mas, no bojo de um turbilhão de sentimentos ambivalentes, mesclam a admiração, a gratidão e, o respeito por seus técnicos - em virtude dos aprendizados conquistados, superação de obstáculos que com o apoio deles obtiveram - à mágoa, à raiva pelas humilhações sofridas e pela privação de liberdade. Por certo, a solidez do vínculo construído ao longo de anos com o técnico, a ambiguidade existente nas relações e o desejo de atingirem bons resultados e serem bem sucedidas na carreira esportiva - aspectos mencionados por todas - favorecem a naturalização das violências, simbólicas e físicas, vivenciadas na relação com seus técnicos.

De acordo com Stirling e Kerr (2009), um importante fator de risco na construção de relacionamentos abusivos, que favorecem agressões físicas, sexuais e emocionais entre técnicos e jovens atletas, compreende o poder exercido pela figura do técnico sobre a atleta. Nos casos de A1 e A2 em que a frequência e a magnitude dos abusos mostraram-se mais significativas, ambas acreditam que há uma linha tênue no relacionamento com os técnicos, que é frequentemente ultrapassada fazendo com que haja uma mistura dos papéis de técnico e parente e dos âmbitos esportivo e domiciliar, e que a proximidade pré-existente e o poder exercido pelos técnicos em suas vidas - devido ao grau de parentesco e à coabitação com eles - facilita o desenvolvimento de uma perversa dinâmica na relação entre atleta e técnico, e uma maior incidência de autoritarismo deste que, no limite, aventa, de forma ameaçadora, com a possibilidade de extinção do vínculo profissional. Vale reiterar a possibilidade de os laços familiares

aprisionarem as pessoas em teias afetivas, tornando-as mais suscetíveis à sujeição.

Elas têm dificuldade de expressar suas frustrações, seus medos; de se abrirem com os seus técnicos. Em claro processo de internalização desse desrespeitoso androcentrismo, chegam ao limite de perder a consciência corporal, a questionar a própria capacidade e a legitimidade da própria dor.

Todas as atletas referem, inclusive, já ter cogitado desistir da carreira esportiva, principalmente em momentos de queda de resultados esportivos e de conflitos com os seus técnicos. Neste sentido, podemos considerar os conflitos com o técnico um fator de risco para o *dropout* esportivo.

A1 e A2, após ouvirem *feedbacks* negativos reiterados de seus técnicos sobre seus desempenhos, introjetaram tais *feedbacks* a ponto de questionarem suas habilidades esportivas e, portanto, sua “aptidão” para a carreira esportiva.

Também neste aspecto Bourdieu contribui para a compreensão do temor - socialmente construído - de muitas mulheres em lidar com o sucesso, e a dificuldade em reconhecer o próprio potencial; de sentirem-se à vontade em posições proeminentes, o que contribui para a persistência nos espaços esportivos - dentre outros - de uma hierarquia social e técnica, com a supremacia do masculino.

Segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres - mesmo sem estes lhes serem recusados - aquela experiência favorece o aparecimento de uma “impotência aprendida”. (Bourdieu, 1999: 77).

As falas de A3 e A4 demonstram quão incômodas e desagradáveis são as situações vividas pelas atletas entrevistadas; elas relatam já ter faltado aos treinos objetivando evitar contato com os seus técnicos, após atitudes abusivas destes. Mais delicada é a situação de A1 e A2, uma vez que faltar aos treinos após conflitos com os técnicos - ainda que fosse seu desejo - não é algo viável, visto que ambas não têm a opção de evitá-los no âmbito domiciliar. Sem sombra de dúvidas, a superposição de laços profissionais e afetivos, a perversa simbiose,

dos universos doméstico e extradoméstico, das esferas produtiva e reprodutiva, potencializa o teor de danos que essas relações abusivas podem causar.

Neste sentido, Martens e Lyle (*apud* Oliveira *et al.*, 2017) destacam que os longos períodos de convivência dos técnicos com seus/suas atletas e os valores, motivações e aspirações compartilhados neste vínculo, exercem grande influência na formação esportiva e humana do/a atleta. Consideramos que tal influência possa estar relacionada ao poder que a figura dos técnicos exerce sobre o comportamento e emoções das atletas participantes do presente estudo, principalmente A1 e A2, pois, devido aos vínculos familiares e à coabitação com seus técnicos, os períodos de convivência e, portanto, de influência no desenvolvimento esportivo e extraesportivo das mesmas são praticamente ininterruptos.

Em síntese, as atitudes e comportamentos dos técnicos focalizados neste estudo também podem ser considerados não apenas negativos, mas doentios, consoante o parâmetro do modelo dos 3 Cs (*The Coach Athlete Relationship Questionnaire - CART*) desenvolvido por Jowett & Ntoumanis (2004), que avalia a qualidade das relações estabelecidas entre técnicos e atletas, através dos fatores proximidade, compromisso e complementariedade. Nos relatos ora apresentados, foram observados prejuízos à proximidade (estabelecimento de laços afetivos e emocionais entre os técnicos e as atletas, porém, afetos ambíguos e muitas vezes negativos), ao compromisso (ameaças dos técnicos à continuidade da relação quando as atletas discordavam de suas ordens), e à complementariedade (relação assimétrica de poder, com o exercício do mesmo pelos técnicos de forma abusiva, incluindo atitudes e comportamentos pouco empáticos).

Considerações finais

O predomínio da liderança autocrática pode ser observado em diversas modalidades esportivas com atletas de ambos os sexos. Ele também foi observado na relação entre técnicos e atletas do sexo feminino na modalidade da ginástica artística (Oliveira, Bortoleto & Nunomura, 2017). Nessa pesquisa, os autores

observaram uma interação assimétrica, coerciva e rígida na relação técnico-atleta e a existência de uma disciplina opressiva, baseada em reforço negativo e alienada dos processos de decisão, como justificativa de condição *sine qua non* para o alcance de resultados esportivos excelentes. Neste sentido, os Estudos de Gênero, e das Relações Sociais de Sexo, em perspectiva sociológica, e o aporte teórico da Psicologia do Esporte contribuem sobretudo para compreender não apenas as microculturas existentes em cada modalidade esportiva, que favorecem a ocorrência de violências físicas, emocionais e morais na relação entre técnicos e atletas na ânsia pelo alcance de resultados esportivos, mas também, como as complexas questões de gênero atuam na normatização de tais abusos no âmbito esportivo.

As considerações finais deste artigo também condizem com a constatação de Tralci Filho e Rubio (2012) de que a crescente inclusão de mulheres brasileiras em diversas modalidades esportivas não se deu na forma de enfrentamento, e não resultou na problematização dos estereótipos de mulheres e homens e das divisões sexuadas e sexistas de “papéis” e funções sociais. A despeito de inegáveis passos que ao longo da história vem sendo dados na construção da equidade de gênero, ainda persistem relações hierárquicas, de poder, em diversos espaços sociais, dentre esses, no campo esportivo.

Nessa divisão dos espaços sociais, para Scott (1995) um dos quatro elementos estruturantes das relações de gênero anteriormente referidos, o esporte ainda é considerado um espaço predominantemente masculino. E no seu bojo, constata-se uma hierarquização, sendo também considerado masculino o lugar do poder.

Essa assimetria que deriva de fatores de ordem material e simbólica imbricados requer, para a sua desconstrução, a conscientização - na forma de percepção crítica da própria situação vivida - e práticas efetivas de enfrentamento das violências, discriminações e desigualdades.

Referências

BARBOSA, P. A. *Atuação do técnico e sua influência positiva e negativa na performance em esportes competitivos*. Monografia de conclusão do curso de licenciatura em Educação Física. Curitiba: Universidade Federal da Paraná, 2001. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30071>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

BLOOM G.A., DURAND-BUSH N., SCHINKE R., SALMELA J.H. The importance of mentoring in the development of coaches and athletes. *International Journal of Sport Psychology*. 29(3). p. 267-281, 1998.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, A.R.S. *Liderança e relação treinador-atleta em contextos desportivos*. Tese de doutoramento em Psicologia – Instituto de Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3334>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de estudios del trabajo: Gênero, Tecnologia e Trabalho*, ano 4, n.º 7, p. 5-27, 1998.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

JOWETT, S., & NTOUMANIS, N. The Coach-Athlete Relationship Questionnaire (CART-Q): Development and initial validation. *Scandinavian Journal of Medicine*, 14, p. 245-257, 2004. DOI:10.1046/j.1600-0838.2003.00338.x.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. LABORIE F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER D. (Org.). *Dicionário*

crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, p. 67-75, 2009.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. *Tendências e impasses - o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

OLIVEIRA, M.S., BORTOLETO, M.A., NUNOMURA, M. A relação técnico-atleta na ginástica atlética feminina. *Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte*. São Paulo, 31 (3), p. 639-50, jul./set. 2017.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, *Educação e Realidade*. 20 (2), p.71-99, jul./dez.1995.

SHANMUGAM, V., JOWETT, S, & MEYER, C. Eating psychopathology amongst athletes: The importance of relationships with parents, coaches and teammates. *International Journal of Sport and Exercise Psychology*. Volume 11, Issue 1, 2013. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1612197X.2012.724197>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

STIRLING, A. E., KERR, G. A. Abused athletes' perceptions of the coach-athlete relationship. *Sport in Society - Cultures, Commerce, Media, Politic*. Volume 12, Issue 2, 2009. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17430430802591019>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

TRALCI FILHO, M.A., RUBIO, K. As identidades da atleta brasileira: os “pontos de apego temporários” da mulher na vida esportiva. *Movimento*, Porto Alegre, v.18, n.02, p. 255-275, abr./jun. 2012.

Recebido em junho de 2019.
Aprovado em dezembro de 2019.